

Cultura e discurso literário: ficção ou não ficção?

Regina Célia Pagliuchi da Silveira (PUC/SP)

Este texto está situado na vertente sócio-cognitiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) e trata do confronto entre as formas de representação discursiva de um mesmo acontecimento, pelo discurso literário e pelo discurso da História, de forma a situar a maneira pela qual um mesmo tema é tratado por duas práticas sócio-interacionais discursivas diferentes, a fim de se obter uma caracterização, ainda que provisória, do discurso literário e a sua relação com a cultura de grupos sociais. O tema selecionado é o fracasso econômico dos monocultores de café, do vale do rio Paraíba do Sul, após terem conhecido o apogeu econômico. Trata-se de examinar em que medida ambos os discursos institucionalizados constroem representações avaliativas conflitantes de um mesmo acontecimento, com suas respectivas topicalizações e quais representações constroem unidades extragrupoais.

Tem-se por objetivo geral, contribuir para os estudos do discurso literário e suas relações com aspectos culturais brasileiros, a partir de formas de representação avaliativas conflitantes, construídas no e por esse discurso, e que se mantêm nos marcos de cognição social de diferentes grupos sócio-cognitivos de brasileiros, ainda que haja uma unidade imaginária extragrupal. São objetivos específicos: 1. discutir o termo ficção e História, na pós-modernidade e suas relações com a cultura; 2. definir a cultura como um conjunto de conhecimentos avaliativos sociais que difere de grupo social para grupo social; 3. examinar aspectos da Literatura e sua inter-relação com a Memória Social; 4. tratar de aspectos da quebra da monocultura do café e o seu eco na contemporaneidade.

Por tradição, a cultura vem sendo tratada, no Brasil, por estudiosos das Ciências Sociais. Este texto busca situá-la como formas de representação avaliativa, crenças, armazenadas na memória social de longo prazo das pessoas e construídas e transmitidas no e pelo discurso, de forma a guiá-las, em suas ações, atitudes e condutas. Esse conjunto de conhecimentos culturais é dinâmico e implica raízes

históricas do vivido e experienciado por um grande número de pessoas e suas modificações em cada contemporaneidade, de forma a responder a questões como: Quem somos? Quem pensamos/ queremos ser? Quem são os outros? Quem os outros pensam/querem ser?

Sendo assim, busca-se examinar a cultura e a sua relação com o discurso literário e da História, pela inter-relação das categorias analíticas Sociedade, Cognição e Discurso. (cf. van Dijk, 1997).

Entende-se que a Sociedade é definida por um conjunto de grupos sociais, sendo que cada qual se diferencia do outro, na medida em que tem um ponto de vista específico para focalizar o mundo, percebê-lo, topicalizá-lo, compreendê-lo e representá-lo mentalmente, como forma de conhecimento. O ponto de vista é projetado a partir de objetivos, interesses e propósitos que são comuns às pessoas que se reúnem em um grupo social. (cf. Silveira, 2000). Logo, cada grupo social pode ser definido pelo conjunto de conhecimentos que forma o seu próprio marco de cognições sociais.

A Cognição é vista como as formas de conhecimentos sociais e individuais. A ACD tem por ponto de partida uma dialética entre o social e o individual, de forma a postular que o social guia o individual e este modifica aquele. Nesse sentido, os conhecimentos são dinâmicos e modificam-se a cada contemporaneidade. Desde que se entenda que as formas de conhecimento são construídas com valores, ou seja, crenças, devido a um ponto de vista projetado, cada grupo social tem seu próprio marco de cognição social. Logo, há um constante conflito intergrupais, pois os objetivos, interesses e propósitos são diferentes de grupo para grupo social. Todavia, embora haja diversidade, é possível de se entender que haja uma unidade imaginária extragrupal que identifica um conjunto de grupos sociais, em uma nação, devido aos discursos públicos institucionalizados pelo Poder.

O Discurso é tratado como uma prática social onde se situa a interação simbólica entre as pessoas. A noção de contexto está ligada, para a vertente sócio-cognitiva da ACD, à prática social discursiva; nesse sentido, cada prática discursiva se diferencia da outra e aqueles que as conhecem têm arquivado, em suas memórias sociais, um esquema mental de um contexto discursivo que se define por

participantes, ações e funções. Esses contextos são tanto globais quanto locais, inter-influenciando-se (cf. van Dijk, 1997). Devido à dialética, proposta pela ACD, entre os discursos públicos institucionais e eventos discursivos particulares, há uma dinâmica para as práticas discursivas que se modificam, historicamente. Entende-se que todas as formas de conhecimento são avaliativas e guiadas pela cultura e ideologia grupais, sendo (re)construídas no e pelo discurso. Dessa forma, os discursos não se definem pelos temas tratados por eles, mas pelas formas de tratar um mesmo tema e construir avaliações conflitantes modificáveis ou persistentes, dependendo das classes de Poder. Embora haja muitos valores culturais inseridos, ao mesmo tempo, em diferentes marcos de cognição social, as culturas são plurais, pois esses valores não se repetem, em cada um deles, da mesma forma.

Os resultados apresentados, aqui, são parciais e participam de uma pesquisa mais ampla sobre aspectos inter e extragrupais de representações culturais dos paulistas. Esta comunicação, a título de exemplificação, apresenta o conto “Café! Café!”, que compõe a obra *Cidades Mortas* de Monteiro Lobato, escritor paulista do vale do rio Paraíba do Sul. O título dessa obra representa o abandono dessa região cafeeicultora, devido à marcha para o oeste e, depois, norte do Estado de São Paulo, em busca de terras mais produtivas e cristaliza a metáfora da quebra financeira do café paulista, na década de 1930. O conto selecionado foi intertextualizado com textos do discurso da História do Brasil que tratam do apogeu e fracasso econômico dos monocultores do café valeparaibenses do sul, para examinar como um mesmo tema é tratado, diferentemente, pela Literatura e pela História.

A análise dos textos selecionados foi realizada, de forma a fazer surgir, da investigação do passado, uma leitura da sua realidade sócio-histórica que aponta para um presente e para um futuro, alinhados com valores culturais brasileiros, inter e extra-grupais. A análise, orientada pelas categorias Sociedade, Cognição e Discurso, seguiu a linearidade textual na busca das topicalizações, das palavras que expressam avaliações, dos grupos sociais representados no texto e das crenças, normas e condutas sociais. Os resultados indicam que:

1. A representação da monocultura do café no conto literário de Monteiro Lobato “Café! Café!”

O discurso literário foi um dos últimos a ser tratado pela Análise do Discurso e, ainda, merece a atenção dos analistas. Sob a ótica da Teoria Literária, a literatura é entendida como parte do produto geral do trabalho humano, isto é, da cultura. Nesse sentido, a literatura é produzida pela cultura, de forma a representar a exterioridade, para revelar a interioridade do humano; mas, também, é produto da ideologia: cultura –o que somos ou o que pensamos que somos – e ideologia – em que nos fizeram acreditar para discriminar alguém.

Tradicionalmente, o texto literário sempre foi tratado como ficcional e definido, na prosa, por contar histórias, ou seja, narrativas a respeito de personagens e ações que não são acontecimentos no mundo. Os resultados das análises diferenciaram “história vivida” de “história narrada” e “história reconstruída”. A “história vivida” é aquela que deve sua existência aos “fazeres” experienciados pelos homens, no mundo. A “história narrada” decorre do fato da “história vivida” ser contada no e pelo discurso, sendo, portanto, uma versão do acontecido no mundo. A “história reconstruída” é relativa a mundos possíveis, ou seja, o que poderia ter acontecido e não aconteceu; o que poderá estar acontecendo e ainda não começou a acontecer; e o que poderá vir a acontecer e ainda não se tem perspectiva de que acontecerá. Nesse sentido, tratar dos mundos possíveis, é contar histórias reconstruídas: as histórias literárias são histórias reconstruídas por valores culturais. Logo, o trabalho do literato é fazer uma transformação da realidade, de forma a interferir, diretamente, nas consciências; em outros termos, a ação do literato é guiada culturalmente para criar uma outra forma de representação dos acontecimentos do mundo. Apresenta-se, a seguir, um breve resumo do texto “Café! Café!”, com topicalizações, palavras avaliativas e grupos sociais com suas crenças:

O *velho Major Mimbua*, personagem central do conto, é representado em duas grandes situações temporais, cuja mudança decorre da Monarquia brasileira torna-se República que retira os subsídios do

café, devido aos custos elevados, para o Brasil, originados pela crise econômica internacional que ocasiona a queda do preço do café no mercado:

Situação Inicial: Durante a monarquia, Major Mimbuaia, monarquista, pertencente ao grupo do Poder, por ser poderoso monocultor de café no Vale do Paraíba Sul; rico, devido à sua grande produção de grãos para exportação e o alto preço do café no mercado internacional; sua casa-grande requintada e cafezal impecável, muito limpo, extenso e altamente produtivo, devido à mão de obra escrava.

Situação Final: No início da República brasileira, a baixa do preço do café no mercado, devido ao desinteresse do governo, produz o fracasso econômico dos monocultores do café. *O velho Major Mimbuaia*, monarquista e monocultor, esquelético, esfarrapado, louco e sozinho tenta, sem conseguir, manter o cafezal limpo, mas este é dominado por ervas daninhas e, totalmente, destruído.

Essas duas situações, embora diferentes, apresentam uma zona de similitude: Major Mimbuaia é monarquista nas duas situações e a sua mente é dominada, ideologicamente, pela persistência em valorizar positivamente a monocultura valeparaibense do café, sem modificações ideológicas: por ex:

- Situação Inicial : o preço do café a 30 mil réis, o Major Mimbuaia, grande monocultor de café, rico, poderoso, luxuoso, com subsídios da Monarquia e, por isso, monarquista; a designação “Major” = patente militar atribuída ao monocultor de café que colhia cinco mil sacas na safra.

- Situação Final: o preço do café a seis mil réis, *velho Major, cabeça de pedra, pensamentos de pedra*; ele sempre repete: - *o café dá para tudo. Isso de plantar mantimento é estupidez*; - *Café, só café*; - *o café não baixa e se baixar, sobe de novo*; - *vocês não entendem dessa história*; - *e depois, olhe, eu não admito idéias revolucionárias em minha casa*; - *Não ! Só café! Só Café! Há de subir, há de subir muito, sempre foi assim*; - *Só café. Só café*; - *Há de chegar a 30 mil réis*.

O texto traz representado em língua, a focalização de três grupos sociais: 1. os políticos membros da República, que avaliam de forma negativa a monocultura do café e tiram os seus subsídios; a palavra *Mimbuaia*, segundo Cunha (1976) *é uma designação oriunda do tupi “mimbuaia”, que*

significa “criado, pessoa de servir”, observando que, na fala corrente do povo do Estado de São Paulo, tal vocábulo foi introduzido para designar “o criado já velho que não presta mais serviço, tornando-se, por isso, um peso morto para a família”; 2. os fazendeiros republicanos que diversificam suas plantações e buscam tecnologias novas, avaliando de forma negativa a monocultura silvícola do café; 3. os monocultores de café do Vale do rio Paraíba do Sul, monarquistas quebrados financeiramente, enlouquecidos pela persistência na monocultura que continuam a avaliar positivamente *só café* e a monarquia e negativamente o governo republicano: *e este governo, santo Deus, que não protege a lavoura, que não cria bancos regionais, que não obriga o estrangeiro a pagar o precioso grão a peso de ouro; e depois não queriam que ele fosse monarquista; havia de ser, de detestar a República, era ela a causa de tamanha calamidade, com seu Campos Salles de bobagem.*

O Major Mimbua é a metáfora topicalizada dos que se mantêm na monocultura, marginalizados pelo Estado Republicano: *Veio a baixa; as excessivas colheitas foram abarrotando os mercados. O Major emagrecia. O Major enlouquecia. Ninguém o tirava dali. O velho roia as unhas, rancorosamente, vomitando injúrias contra a estrangeirada, o governo e os comissários, numa cólera perene e trabalhando no eito; o velho possesso, dentes cerrados; surdo ao sol e à chuva; baba a escorrer dos cantos da boca; já não podendo vencer o mato exuberante; um espectro, nu de todo, olhos esbugalhados a se revirarem, com desvario; recendia o passado e a rotina.*

Monteiro Lobato foi criado na fazenda de monocultura do café de sua família no Vale do Paraíba. Para ele, essa monocultura faz parte de sua história vivida e muitas vezes narrada. O conto “Café Café” é escrito em 1900 quando as plantações de café passam a caminhar inicialmente para o Oeste paulista, região de Campinas, e após para o norte do Estado de São Paulo, região de Ribeirão Preto. Durante a República Velha, também chamada República dos plantadores de café, ocorreu o apogeu do café como base do sistema econômico brasileiro, de forma a se atribuir valor positivo à monocultura paulista do café. Culturalmente, São Paulo é avaliado como o Estado carro-chefe brasileiro, fonte de

riqueza e Poder. Desde de 1850, durante a Monarquia, as exportações do café representaram mais da metade do total das exportações brasileiras. Sua produção se deu com o trabalho braçal: no início, a cargo de escravos e após a Abolição em 1888, de trabalhadores livres, imigrantes, e trabalhadores semi-livres, antigos escravos que ficaram agregados nas fazendas.

Por isso, a aristocracia rural paulista, controlou, politicamente, tanto o Estado Monárquico quanto a República Velha, embora com a mesma visão mercantilista da época colonial (*Mimbuia com idéias de pedra* = comercializar para adquirir riqueza, que será transformada em grandes fazendas, mansões, porcelanas, saraus, teatros e mais e mais cafezais).

2. A representação da monocultura do café no discurso da História

Segundo Noemi Goldman (1989), o discurso da História é social e, para ser analisado, é necessário considerar que essa prática sócio-interacional opera em um terreno duplo: 1. privilegia os discursos “oficiais” como única fonte documental; 2. os textos oficiais transformam um acontecimento em monumento, ou seja, cancela o que é negativo para o grupo de Poder e realça o que lhe é positivo, fabricando heróis e vilões.

Logo, para analisar o discurso da História, é necessário encontrar as categorias intermediárias que permitam descrever esse discurso, a partir do seu interior e em relação à suas condições de produção sócio-históricas. Os resultados obtidos são relativos à análise de textos de historiadores brasileiros e eles indicam que as representações da burguesia aristocrata cafeicultora paulista são construídas com valores negativos, propiciando que haja uma valorização, extragrupal, negativa do paulista, de forma a discriminá-lo – por ser protegido pelo governo e poderoso para guiar decisões políticas.

Sergio Buarque de Hollanda (1995) representa o fracasso dos monocultores do Vale Paraíba do Sul, pela seguinte topicalização: não desenvolveram uma tecnologia adequada para a monocultura cafeeira, capaz de manter o café como fonte de produção de riqueza para o país. O historiador

representa o fracasso valeparaibense por três grandes causas: 1. a marcha do café que sai do Vale do Paraíba do Sul para outras regiões de mata virgem, caminhando para o oeste e norte paulistas, onde os fazendeiros encontraram a terra roxa, o clima ameno e o relevo suave; 2. o sistema tradicional silvícola de plantio que manteve a lavoura de tipo predatório, com o empobrecimento das terras até o seu esgotamento, e o uso antigo da enxada, sem buscar novas tecnologias de plantio; 3. o café que fizera a riqueza do Império e parte da República Velha, passa a criar problemas para a economia.

Segundo esse historiador, a crise do preço do café, no final do séc. XIX, é resolvida e o preço torna a aumentar. Com a expansão econômica dos Estados Unidos, o consumo e o preço do café cresceram e a produção paulista acompanhou a demanda, com uma maior produção, mesmo porque os cafezais dos principais concorrentes brasileiros paulistas, Java e Ceilão, estavam sendo dizimados por pragas.

Segundo Caio Prado Jr. (1945), nos anos de grande safra o preço do café caía, mas o governo monárquico e da Velha República garantia que o café continuasse a ser um ótimo negócio para os cafeicultores que em sua maior parte eram paulistas. Para tanto, desvalorizava a moeda brasileira. Dessa forma, caso o preço internacional do café baixasse 20% e os mil réis fossem desvalorizados em 25%, nada se alterava na renda do cafeicultor paulista; no momento de trocar os dólares, as libras e os marcos ganhos, com a exportação do café brasileiro, esse fazendeiro receberia exatamente a mesma quantia. Tal esquema, porém, acarretava violenta elevação de preços para as importações, numa época em que toda a população brasileira dependia de produtos estrangeiros. Ao pagar mais caro o que comprava, era como se o povo brasileiro, estivesse sustentando a renda do cafeicultor e, com isso, desestabilizando a economia brasileira. Desde 1889, com o primeiro presidente do Brasil, foi necessário realizar uma tentativa de restabelecimento financeiro para o país. O desequilíbrio existente foi causado por diversos problemas: a desorganização política, a oligarquia dos cafeicultores paulistas, o aumento da importação, inclusive de produtos agrícolas devido à monocultura e a redução do ritmo das emissões de moeda, acarretando prejuízos, para o desenvolvimento do comércio e da indústria.

Em 03 de novembro de 1891, houve a pretensão de aumentar a emissão da moeda, mas o projeto é derrotado pelo Congresso. Lucena influenciou Marechal Deodoro, primeiro presidente, a proclamar o estado de sítio, dando origem ao golpe infeliz de 03/11/1891.

O contra-golpe levou Floriano Peixoto à Presidência e Rodrigues Alves à Pasta da Fazenda, reiniciando-se uma tentativa de restabelecimento financeiro, devido à situação interna e externa dos gastos, do golpe e do contra-golpe, além da guerra civil, somados aos déficits da balança comercial. Floriano Peixoto entregou a Prudente de Moraes o país em desequilíbrio econômico e financeiro o que acarretava dificuldades para a obtenção de crédito, no exterior.

Nomeado Ministro da Fazenda por Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, entre outras medidas recolheu o papel moeda, uniformizou as emissões e recriou a taxa-ouro para importação. Todavia, essas medidas, além de novos empréstimos com os Rothschild, não foram suficientes, pois, com a cobrança de impostos sendo feita irregularmente, não houve possibilidade de atender às despesas públicas e o governo foi obrigado a emitir moeda, acarretando nova taxa de câmbio e o aumento da dívida externa. Prudente de Moraes procurou conseguir um grande empréstimo com os Rothschild, a fim de cumprir os compromissos. As negociações iniciadas no governo de Prudente de Moraes, por Campos Salles, propiciaram que a Inglaterra fizesse novos empréstimos ao Brasil para amortizar velhas dívidas, sendo conseguido prazo de 63 anos, para o pagamento das novas; assim, a Inglaterra outorgava-se o direito de vigiar a aplicação desses capitais.

Campos Salles torna-se o próximo Presidente da República e Joaquim Murinho, seu Ministro da Fazenda. Eles, apoiados pelo Congresso e governadores, conseguiram aumentar a receita da União com o imposto de consumo sobre produtos populares. O povo antipatizou-se com seus dirigentes, pois o custo de vida e os impostos subiram assustadoramente. Dessa forma, o Brasil se consolida, econômica e politicamente, e, graças a isso, os capitais estrangeiros voltaram e se interessar pelo

Brasil. Essas raízes históricas governamentais tornam-se culturais e continuam presentes, embora modificadas, no governo brasileiro.

Rodrigues Alves, ao assumir o governo encontra a situação equilibrada. O seu mandato foi marcado pela política de Campos Salles, de forma a consolidar as finanças e realizar grandes empreendimentos públicos. Rodrigues Alves, entretanto, teria de enfrentar a crise de 1901, que atingiu as indústrias, as finanças e o comércio, resultando no convênio de Taubaté em 1906 que objetivou garantir os monocultores do café valeparaibenses.

Em relação à monocultura do café, no Vale do Paraíba do Sul, a “civilização do café”, iniciada no Primeiro Reinado até a década de 1920, aproximadamente, tipifica-se como modelo mercantilista, cujo eixo é monocultura e o escravismo, de forma a compreender um dos ciclos econômicos do Brasil. O discurso da História, sendo institucionalizado e imposto pela Escola, constrói, de forma extragrupal, uma avaliação ideológica negativa dos paulistas que são representados pela oligarquia dos monocultores de café que em benefício próprio ocasionou o prejuízo do povo brasileiro.

3. a monocultura do café: ficção e realidade, discurso literário e discurso da História

De forma geral, a projeção de mundos possíveis do futuro foi tratada, pela tradição literária, como ficção, já que a narrativa era fruto da imaginação e não era relativa ao que aconteceu no mundo. Por isso, acreditou-se que a Literatura era ficção e que seu produto se diferenciava do discurso da História, pois esta era ciência, portanto exigia documentação do acontecido como prova factual da realidade.

Na pós-modernidade, as noções de “ficção” e “realidade” tornam-se complexas, pois desde que se considere, conforme os estudos multidisciplinares fundamentados nas ciências da cognição, que todas as formas de conhecimento são representações mentais do acontecido/acontecível no mundo e que todos os textos-produto são formas de representação em língua dessas representações mentais, não se

pode estabelecer os limites entre realidade e ficção (limites entre História e Literatura), na medida em que ambas são formas de representação, ou seja, de (re)construção.

Jacques Leenhardt e Sandra J. Pesavento (1998) discutem a noção de ficção, atribuída como característica da narrativa literária. Segundo a tradição, a narrativa da História e a narrativa literária são diferentes, pois o historiador conta o que foi acontecido no mundo, por documentos oficiais que atribuem, ao fato, a veracidade do acontecimento. Nesse sentido, o acontecido pré-existe à narrativa da História e o historiador tem a ambição de construir um conhecimento científico, na medida em que apresenta, como provas, documentos oficiais para os quais o historiador tem métodos específicos e critérios científicos de tratamento. A Literatura dispensa o aparato científico da História, pois não exige pesquisa documental, na medida em que a história contada não é uma versão narrada de um acontecimento no mundo; conseqüentemente, a narrativa literária só existe a partir do produto literário. Logo, enquanto a narrativa da História pode ser submetida à “testagem” como representação do real, a narrativa literária é (re)construída pela imaginação.

Segundo os autores, na pós-modernidade, a discussão do real não pode ser feita pela atribuição do valor de verdade, na medida em que, tanto a História quanto a Literatura constroem formas de representação do real, de modo a tratar de um mesmo tema de maneiras diferentes. Logo, desde que ambas tratem de representações pelo discurso, a noção de verdade e de real precisam ser afastadas, pois ambas são ficção.

Os resultados obtidos das análises do discurso da História e o da Literatura indicam que há uma zona limítrofe que é estabelecida pelas categorias temáticas “acontecido” e “acontecível”. Assim, situa-se a representação do vivido e experienciado, como um acontecimento no mundo, pelo discurso da História; e a representação ficcional, como acontecível no mundo, pelo discurso literário. Dessa forma, cria-se uma “realidade” na própria ficção e uma ficção na própria representação da realidade. Logo, a interdiscursividade da História e da Literatura propicia (re)visitar a trajetória histórica de uma

nação e de suas regiões, problematizar as suas estruturas e formas de organização, demonstrar as suas particularidades e seus problemas e destacar os seus principais sujeitos e atores sociais que atuam na estrutura da sociedade. Assim, o que está representado, na obra *Cidades Mortas*, só ocorrerá mais tarde: com a mudança da política econômica brasileira, devido a problemas econômicos internacionais, ocorre a quebra financeira de todos os monocultores paulistas de café, de forma a serem privilegiados, a partir da década de 1930, com a política getulista, outros produtos de exportação e uma sociedade urbana industrial. Os contos de *Cidades Mortas* foram escritos de 1900 a 1923, sendo que “Café! Café!” é de 1900, em pleno sucesso dos monocafeicultores do Vale do Paraíba do Sul, que só fracassaram em 1920. Monteiro Lobato conta o fracasso da monocultura do café (1900) por uma história reconstruída, pois, na ocasião, com Campos Salles, os monocultores paulistas de café estavam, ainda, no apogeu.

Conclui-se que o texto de Monteiro Lobato traz representado um momento de ruptura e de abertura de novos caminhos para a cultura do paulista que ecoa no presente e está enraizada no passado, através de seus conhecimentos avaliativos culturais, de forma a apresentar diversidade cultural com outros grupos sociais regionais brasileiros. Nas raízes históricas, o poder econômico e político da aristocracia cafeicultora paulista é avaliado, extragrupalmente, de forma positiva. Com o fracasso econômico da monocultura, os paulistas continuam a manter o poder econômico empresarial e industrial. Ocorre conflito intergrupar: os paulistas se avaliam positivamente, por serem um Estado de Primeiro Mundo; os demais Estados brasileiros atribuem valor negativo aos paulistas, pelo excesso de trabalho, produção e riqueza, que os tornam prepotentes. São Paulo é representado, extragrupalmente, desde as raízes históricas brasileiras, como a região da riqueza: do ouro (época dos bandeirantes), região dos barões e depois majores do café (época da monocultura cafeicultora); atualmente, região dos canaviais, da empresa e da indústria. De todos os produtos tropicais, o café é o único ao qual, culturalmente, hoje, se atribui a formação de uma antiga e sólida burguesia aristocrática da nação que se modifica,

adaptando-se ao momento histórico contemporâneo, em uma sólida burguesia aristocrática empresarial e industrial. Logo, extragrupalmente, o café está nas raízes históricas culturais do Brasil.

Conclui-se, ainda, que a cultura é um conjunto dinâmico de conhecimentos avaliativos, que têm suas raízes históricas no vivido e experienciado socialmente, que se modifica em cada contemporaneidade, de forma a construir novas significações. A ideologia, por ser imposta pela classe dominante, é um conjunto finito de significações que se repetem para (re)produzir a discriminação social. A cultura produz, mais freqüentemente, o discurso literário e a ideologia, o da História.

Referências bibliográficas

CUNHA, A. G. da C. *Dicionário da história das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos, 1983.

GOLDMAN, N. *El discurso como objeto de la historia*. Buenos Aires: Hachette, 1989.

HOLLANDA, S. B. (1936) *Raízes do Brasil*. 26º ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

PRADO Jr, C. (1945) *História econômica do Brasil*. 43º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

LEENHARDT, J. & PESAVENTO, S. J. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1998.

SÁNCHEZ, A. M. *El relato de los hechos*. Buenos Aires: Beatriz Viterbo, 1992.

SILVEIRA, R.C.P. “Opinião, marco de cognições sociais e a identidade cultural do brasileiro: as crônicas nacionais”. *Português língua estrangeira – leitura, produção e avaliação de textos*. Org. de Norimar Júdice, Niterói- RJ : Intertexto , 2000.

VAN DIJK, T.A. *Racismo y análisis crítico de los medios*. Espanha: Paidós, 1997.